

O PROBLEMA MILITAR DAS NÃO-POTÊNCIAS

MaJ GILBERTO OSCAR MIRANDA SCHMITT,
Oficial de EM

O tremendo progresso técnico e científico ocorrido após a 2ª Guerra Mundial trouxe, como não poderia deixar de trazer, profundas implicações no aparelhamento militar das nações.

Se por um lado, o advento da era atômica provocou e continua provocando profundas modificações na organização das forças, por outro lado o fantástico custo de produção dos engenhos bélicos modernos acentuou a já existente disparidade de forças entre as diversas potências bem como entre estas e os demais países, não considerados como tal.

Aliás, vale dizer, a posse do engenho atômico e a possibilidade de produzi-lo passou a ser considerada condição de ingresso no rol das potências mundiais. É desnecessário repisar o já bem conhecido valor militar do armamento atômico. É também perfeitamente compreensível que engenho bélico de tamanha importância, passasse a, praticamente condicionar, não só todo o processo de organização das forças destinadas a empregá-lo, como também a própria doutrina militar das nações que o possuem.

Efetivamente os organismos militares das superpotências estão todos estruturados de forma a poderem absorver o armamento atômico, quando e se necessário.

Isto significa que, apesar do sentimento mais ou menos generalizado de que a guerra nuclear traria como resultado a destruição, se não da humanidade, pelo menos dos países envolvidos; apesar da crença cada vez mais sólida de que as hipóteses de guerra a serem mais seriamente encaradas são aquelas que configuram as guerras limitadas com emprego apenas do armamento convencional; apesar de todas estas considerações e talvez por causa delas, as superpotências procuram organizar suas forças armadas de modo a, sendo aptas a realizarem a guerra convencional, não abram mão de receberem, utilizarem e enfrentarem a qualquer momento o armamento atômico. Só este fator já é suficiente para estabelecer uma primeira e profunda diferenciação, obrigatória, entre os organismos militares das potências atômicas e das não-atômicas.

Com efeito, para guardar esta flexibilidade, todo o seu equipamento, toda a sua organização, toda a sua estrutura enfim, têm que evoluir de acordo com o alto padrão do armamento atômico. É uma evolução rápida, propiciada e alimentada pelo vertiginoso progresso no campo técnico e científico. É uma evolução necessária, vital para as potências atômicas, pois, girando como giram, seus interesses em áreas de conflito com outras

potências atômicas, estabelecido portanto o equilíbrio dos meios de ataque, é necessário buscar o desequilíbrio pelo melhor aparelhamento que lhes permita empregar da melhor forma e explorar com maior sucesso o êxito do emprêgo do engenho atômico, se fôr o caso.

Ora, evidentemente, esta evolução não pode e não deve ser acompanhada pelos demais países, não atômicos. Mesmo que lhes sobrassem os meios materiais para fazê-lo, o que é difícil, não passaria esta atitude, de um enorme desperdício. Se buscássemos uma comparação para ela, poderíamos dizer que ela se assemelha à de alguém que construísse uma casa e a equipasse com todos os modernos aparelhos eletro-domésticos, num lugar onde não houvesse eletricidade nem possibilidade de obtê-la em curto prazo.

Poder-se-ia, é bem verdade, argumentar que esta possibilidade de absorver êste armamento e fazer evoluir conseqüentemente as organizações militares, mais próximas possíveis das potências atômicas, seria altamente desejável, uma vez que, mercê dos tratados e alianças celebrados com os líderes dos respectivos blocos, êste armamento atômico poderia ser fornecido ou emprestado por êstes líderes, caso necessário.

Não nos parece seja um argumento razoável. A verdade é que estas alianças têm se mostrado muito mais frágeis do que podem parecer e a tendência que se vem verificando ultimamente no mundo inteiro é para a fragmentação dos blocos que as excepcionais circunstâncias do após-guerra criaram.

Parece que ultimamente as nações que, logo após a 2ª Guerra, pressionadas pelas desfavoráveis circunstâncias econômicas conseqüentes, chocadas pelo impacto emocional do advento da era atômica e atemorizadas pela evolução dos acontecimentos da guerra fria — abdicaram voluntariamente de uma parte de sua autonomia em prol de sua segurança, agrupando-se em grandes blocos mundiais, tendem a recuperar esta autonomia e indiscutivelmente já passaram a subordinar totalmente o interesse do bloco aos seus interesses individuais.

Esta tendência ao fracionamento verifica-se tanto no bloco ocidental, como no bloco comunista. Se de um lado vemos a França recusar o ingresso da Inglaterra no Mercado Comum, ingresso que de fato prejudica os interesses econômicos da nação francesa, embora, com prejuízo da eficiência do dispositivo de segurança do bloco ocidental, por outro lado as crescentes divergências entre a Rússia e a China comprometem a eficiência do bloco comunista. Divergências entre os Estados Unidos e Canadá, Rússia e Albânia, dentro da própria Organização dos Estados Americanos, a atitude intransigentemente independente da Jugoslávia, os atritos entre os seis do Mercado Comum, a quebra de unidade do Pacto de Bagdad, o pensamento da Grécia e da Turquia a respeito da projetada força atômica independente da França, a instabilidade do Oriente Médio e do mundo árabe, para não falar na África, e em Cuba, corroboram para

comprovar o que afirmamos: As alianças, os grandes blocos internacionais, só permanecem estáveis sob circunstâncias excepcionais. Somente quando há uma liderança incontestável, uma supremacia indubitável, uma dependência econômica inevitável de todos os componentes em relação a um líder, os blocos são compactos.

Quando o desenvolvimento ou a recuperação econômica dos diversos membros começa a criar interesses nacionais de importância igualmente vital, quando aparecem conflitos na área econômica, a tendência é para o fracionamento dos blocos e a adoção de medidas próprias de defesa.

O assunto não pode deixar de ser encarado com objetividade e realismo. A verdade é que os conflitos ideológicos perdem substância em face das pressões econômicas, como também é verdade que uma economia apoiada por meios de defesa próprios pode dar-se ao luxo de escolher e fazer valer e respeitar a ideologia que melhor lhe convem.

Não queremos absolutamente significar que o mundo tenda para o isolacionismo, mas apenas que está desaparecendo a característica de incondicionalidade que presidia as relações intra-blocos e que tantos, inclusive no Brasil, a ela se apegam, principalmente ao enquacionarem o problema militar.

Prever é, não resta dúvida, sempre difícil e arriscado. Mas parece-nos que à luz do que está acontecendo presentemente no mundo, podemos dizer que à medida que esta idéia de incondicionalidade se esvazia, avoluma-se a possibilidade da ocorrência de conflitos locais, gerados por atritos quer na área econômica, quer na área ideológica. Pode-se também afirmar que quando estes conflitos ocorrerem entre nações pertencentes ao mesmo bloco, o líder abster-se-á de intervir, só abandonando sua neutralidade a favor do país cuja situação de desenvolvimento menos possibilidade ofereça de conflito com os seus próprios interesses econômicos, seja no caso em pauta, seja como perspectiva.

Que conclusão podemos e devemos tirar de tudo isto?

Parece-nos que ela é lógica e inevitável. Forças Armadas "criadas à imagem e semelhança" não consultam os interesses de Nações que aspiram, com base, à independência econômica. Desde o momento em que o produto nacional permita à Nação projetar-se como exportadora em perspectiva no comércio internacional de bens de consumo e produtos manufaturados, cresce a importância das Forças Armadas adquirirem uma estrutura eminentemente nacional, mesmo com possível prejuízo momentâneo de sua eficiência e de seu modernismo.

Evidentemente esta transformação não pode ser brusca e haverá ramos das Forças Armadas que exigirão um largo lapso de tempo até adquirirem feição eminentemente nacional. Mas toda sua evolução deverá se orientar neste sentido.